

A PRISÃO DETERMINADA POR JUIZ DO TRABALHO

Eustáquio Nunes Silveira (*)

- I — Competência para julgamento do «habeas corpus».
II — Comunicação da prisão: a quem deve ser feita.

I — Competência para julgamento do «habeas corpus»

O egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recentemente, editou súmula de sua jurisprudência no sentido de que cabe às Cortes Regionais Federais o julgamento de *habeas corpus* quando a autoridade apontada como coatora for magistrado de 1ª instância da Justiça do Trabalho. Fundamentou-se tal entendimento em duas premissas básicas: os Juizes e Tribunais do Trabalho não têm jurisdição penal e, nos termos do art. 108, inciso I, letra a, da Constituição da República, compete aos TRFs processar e julgar, originariamente, os Juizes da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade.

Em todos os precedentes nos quais se assentou a súmula, cuidava-se de prisão de natureza penal.

No julgamento do Conflito de Competência n. 6.979-1/DF, o colendo Supremo Tribunal Federal, em sua composição plenária, vencido apenas o eminente ministro Carlos Mário Velloso, foi ainda mais longe ao decidir que, mesmo no caso de prisão civil determinada por Juiz do Trabalho, em processo de execução de sentença proferida em reclamação trabalhista, cabe ao Tribunal Regional Federal decidir o *habeas corpus* impetrado contra tal constrição judicial. Naquela ocasião, assim se pronunciou a Suprema Corte, conforme consta da ementa do acórdão da lavra do ministro Ilmar Galvão, *in verbis*:

«Sendo o *habeas corpus*, desenganadamente, uma ação de natureza penal, a competência para seu processamento e julgamento será

(*) Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

sempre de juízo criminal, ainda que a questão material subjacente seja de natureza civil, como no caso de infidelidade de depositário, em execução de sentença.

Não possuindo a Justiça do Trabalho, onde se verificou o incidente, competência criminal, impõe-se reconhecer a competência do Tribunal Regional Federal para o feito.»

Colhe-se, ademais, do voto então proferido pelo ministro Sepúlveda Pertence:

«Senhor Presidente, além da exatidão teórica dessa postura conceitual (o HC é uma ação penal não condenatória), certifico-me de que ela é compatível com o sistema positivo da Constituição, segundo o qual, na linha da tradição brasileira — com a única exceção, que tem outras explicações, dos atos de Ministros de Estado — julga o *habeas corpus* o juízo competente para sentenciar o coator ou o paciente, quando acusados da prática de crimes comuns.

Assim, na mesma área de conexão com a da Justiça do Trabalho, se a prisão decorre da decisão do Tribunal Regional do Trabalho, o *habeas corpus*, que contra ela se requeira, competirá, por disposição expressa do art. 105, I, c, da Constituição, ao Superior Tribunal de Justiça e, não, ao grau superior, na jurisdição trabalhista, que é o Tribunal Superior do Trabalho.

Por isso, a meu ver, no art. 108, I, d, quando se estabelece a competência dos Tribunais Regionais Federais para julgar os juízes federais, 'juízes federais', aí é expressão que tem a mesma abrangência expressa na alínea a do mesmo inciso, de modo a compreender os juízes do trabalho.»

Mesmo o eminente relator originário, ministro Carlos Velloso, embora vencido em parte quanto à prisão de natureza civil, como era o caso, admitiu que, se se tratar de matéria penal, os Regionais Trabalhistas não podem conhecer de *habeas corpus*. Assim, disse S. Exa., «se um Juízo do Trabalho de 1º grau determina a prisão de alguém, em tema criminal — pelo crime de desacato, por exemplo — ou manda instaurar inquérito policial contra qualquer pessoa, é competente para conhecer do pedido de *habeas corpus*, eventualmente impetrado contra esse ato, o Tribunal Regional Federal, competência que decorre da competência do Regional Federal para processar e julgar, originariamente, os Juízes do Trabalho nos crimes comuns e de responsabilidade (CF, art. 108, I)».

Verifica-se, desse modo, o acerto com que obrou o Tribunal Regional Federal da 1ª Região ao cristalizar sua jurisprudência no mesmo sentido proclamado pelo excelso Pretório.

II — Comunicação da prisão: a quem deve ser feita

Outra questão que ficou pacificada no âmbito do TRF — 1ª Região foi a relativa à comunicação da prisão penal determinada por Juiz do Trabalho.

A Constituição em vigor garante, no seu art. 5º, inciso LXII, que a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao *juiz competente*. Além disso, no inciso LXV do mesmo artigo, está determinado que a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela *autoridade judiciária*.

Qual será o juiz competente a quem deve ser comunicada a prisão e que autoridade judiciária poderá relaxá-la?

No julgamento do Incidente de Uniformização n. 92.01.24139-9/DF, proferi voto, acatado unanimemente por meus ilustres pares da colenda Segunda Seção, que bem esclarece o assunto, *in verbis*:

«Ensina Júlio Frabбини Mirabete, em seu *Processo Penal*, que, no direito brasileiro, se faz distinção das espécies de prisão, ou seja: prisão-pena (penal) e prisão sem pena (processual penal, civil, administrativa e disciplinar). A prisão penal, cuja finalidade manifesta é repressiva, é a que ocorre após o trânsito em julgado da sentença condenatória em que se impôs pena privativa de liberdade. A prisão processual (a que nos interessa de perto), também chamada de provisória, é a prisão cautelar, em sentido amplo, incluindo a prisão em flagrante (arts. 301 a 310), a prisão preventiva (arts. 311 a 316), a prisão resultante de pronúncia (arts. 282 e 408, § 1º), a prisão resultante de sentença penal condenatória (art. 393, I) e a prisão temporária (Lei n. 7.960, de 21/12/89).

Quanto à prisão penal, que, como se disse, resulta de uma sentença condenatória transitada em julgado, parece que não paira qualquer sombra de dúvida sobre a competência para decretá-la. Não há que se imaginar um Juiz do Trabalho determinando a prisão penal de alguém. Evidentemente, o juiz da sentença, portanto da prisão, é o juiz do processo.

No que se refere à prisão processual, também não deveria haver qualquer incerteza, bastando que se atentasse para a sua natureza: se ela é processual, somente o juiz competente para a ação penal pode decretá-la. Assim, a prisão preventiva, a prisão por pronúncia, a prisão em virtude de sentença condenatória sem trânsito em julgado e a prisão temporária, todas elas, só podem ser determinadas pelo juiz criminal competente para o processo.

Não é muito diferente no que toca à prisão em flagrante, a qual, como visto, é também uma prisão provisória, cautelar, portanto processual, mas que tem as suas particularidades.

A prisão em flagrante é, na verdade, um ato administrativo, apesar de ser uma medida cautelar de natureza processual, que pode ser efetuada por qualquer do povo, como corolário de um sistema de autodefesa da sociedade.

Esta particularidade — a de poder ser efetuada por qualquer do povo — é que às vezes confunde, ensejando questões que, a rigor, não deveriam sequer existir.

Convém ressaltar, contudo, que, embora no primeiro momento essa prisão possa ser efetuada — e não determinada — por qualquer do povo, não perde ela a sua natureza processual e, portanto, em um segundo instante, será devidamente apreciada pela autoridade judicial competente, ou seja, o juiz do processo, que a relaxará se for ilegal; ou a confirmará, por razões de necessidade ou oportunidade, passando, neste caso, a se constituir na autoridade responsável pela constrição à liberdade de locomoção.

Do que ficou dito, é fácil concluir-se que um juiz da Justiça do Trabalho, cuja competência jurisdicional não vai além da conciliação e do julgamento dos dissídios entre trabalhadores e empregadores e, na forma da lei, de outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, não pode determinar a prisão penal ou processual penal de quem quer que seja. Pode, sim, como qualquer do povo, efetuar a prisão de quem esteja em 'flagrante delito', devendo, em seguida, fazer apresentar o capturado à autoridade competente para a autuação.

Mas, se, não obstante, um juiz da Justiça do Trabalho *determina* a prisão processual de alguém? A hipótese, a princípio, parece absurda, mas, na realidade, não tem sido rara. No caso da espécie, por exemplo, um magistrado trabalhista chegou a expedir mandado de prisão contra algumas pessoas, fazendo constar da ordem que por 'serem agentes de infração penal capitulada no art. 342 do Código Penal Brasileiro'. Surge, então, a questão: a quem deve ser comunicada a prisão?

Diz o art. 5º, LXII, da Constituição da República que 'ao juiz competente'.

Ora, se a prisão é de natureza processual penal, o juiz competente para dela conhecer só pode ser o juiz competente para a ação penal a ser intentada contra a pessoa cuja prisão é notificada, não importando quem seja o responsável por ela.

Assim, se um Juiz do Trabalho prende alguém em flagrante ou, por absurdo, determina-lhe a prisão processual, e o crime atribuído ao preso é da competência do Juiz Federal, a este deve ser comunicada a custódia, a fim de que a relaxe, se for ilegal, ou a confirme.»

Desse modo, parece-me definitivamente esclarecida a questão.